



# Anais da Assembléia

Nº 52

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 14 DE JUNHO DE 1989

ANO XV

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA  
ATA DA 44ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 14 DE JUNHO DE 1.989  
QUARTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado José Afonso Júnior, secretariada pelos Srs. Deputados Paulo Furiatti e Nereu Carlos Massignan.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessutti, Tadeu Lúcio Machado, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acyr Mezzadri, Amélia Hruschka, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, Djalma de Almeida César, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirimus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, José Alves, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Alborghetti, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos e Valderi Mendes Vilela (38). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Werner Wanderer, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Ferrari Júnior, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Felinto, Lindolfo Júnior, Luiz Antonio Setti, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nilton Barbosa, Quielse Crisóstomo e Vera Agibert. (16).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) -  
Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) O expediente desta sessão será integralmente destinado à apresentação do Programa "Volvo de Segurança no Trânsito", em decorrência do requerimento apresentado e aprovado na Sessão Ordinária do dia 29 de maio passado, por iniciativa de Sua Excelência o Sr. Deputado Algaci Túlio, cujo teor é o seguinte:

(É lido o requerimento).

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - (Pela Ordem) O requerimento do Deputado Algaci Túlio determina que o expediente seja destinado à "Segurança no Trânsito".

Eu quero apresentar um requerimento verbal invertendo. Que se vote primeiro a Ordem do Dia, e depois se passe ao expediente.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) Vou submeter ao Plenário. Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento do Deputado Edmar Luiz Costa, queiram conservar-se como estão. - Aprovado.

Em virtude do requerimento verbal de autoria do Sr. Deputado Edmar Luiz Costa acima aprovado, passa-se à

## ORDEM DO DIA,

com a presença de 38 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Sabino Campos, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Expediente subscrito pelos Srs. Deputados Paulo Furiatti, Hermas Brandão, Ezequias Losso e demais Srs. Deputados, constante do expediente de sessão anterior, indicando os Srs. Deputados Paulo Furiatti e Ferrari Júnior, como integrantes do Bloco Democrático Liberal Trabalhista Cristão. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuídos aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 115/89, de autoria do TRIBUNAL DE CONTAS, que concede aos Técnicos do Controle e Consultores Técnicos do Quadro Efetivo do Tribunal de Contas do Estado, verba de representação. - Aprovado. (Publ. no D.A. nº 48, de 07.06.89, em Primeira Discussão).

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 06/89, de autoria do Deputado RAFAEL GRECA, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DO RIO DO BANHO - APRORIBA. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 52/89, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná, "Post Mortem", ao ex-Deputado Olívio Belich, pelos relevantes

serviços prestados ao Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 073/89, de autoria do Deputado CÂNDIDO BASTOS, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE BATATA BINIJE DO ESTADO DO PARANÁ, com sede e foro em Guarapuava. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 09/89 (Mensagem nº 14/89, ex-Proposição nº 16/89), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, que aprova os convênios celebrados em 11.11.88, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e a SUCEAM e os Municípios que especifica, objetivando a execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana nos referidos Municípios. - **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 10/89 (Mensagem nº 15/89, ex-Proposição nº 17/89), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, que aprova os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e a sua vinculada SUCEAM e os Municípios que especifica, objetivando a execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana nos referidos Municípios. - **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 11/89 (Mensagem nº 17/89, ex-Proposição nº 18/89), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, que aprova Convênios de Auxílio Financeiro celebrados em 08.08.88, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Educação, a Secretaria de Assuntos Fundiários e os Municípios que especificam, objetivando a aplicação de recursos destinados à manutenção de pessoal da rede municipal de ensino no atendimento às crianças de idade escolar, nos assentamentos e acampamentos de trabalhadores rurais sem terra. - **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 12/89 (Mensagem nº 16/89, ex-Proposição nº 19/89), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, que aprova os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Fazenda e o Departamento de Construção, de Obras e Manutenção e os Municípios e nas datas que especifica, objetivando a construção de prédios para agências de renda nos referidos Municípios. - **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 13/89 (Mensagem nº 19/89, ex-Proposição nº 21/89), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, que aprova os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Educação e os Municípios de CASCAVEL e FRANCISCO BELTRÃO, nas datas e com os objetivos que especifica. E, também, cópia autêntica do Convênio celebrado em 10.08.88, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Educação e a Fundação Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão - FACIBEL, objetivando a implantação do ensino profissionalizante no Colégio Miniguau, mantido por esta Instituição de Ensino Superior. - **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 14/89 (Mensagem nº 22/89, ex-Proposição nº 23/89), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, que aprova os convênios celebrados em 12.10.88, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e sua Superintendência do Controle da Erosão e Saneamento Ambiental - SUCEAM, e os Municípios de Arapongas, Colorado, Mandaguari e Marialva, objetivando a execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana nos referidos Municípios. - **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 45/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 25/89), que altera os artigos 2º, 4º, 5º, o "caput" do art. 7º e o art. 8º, da Lei nº 8212, de 30 de dezembro de 1985 (Títulos da Dívida Pública do Tesouro do Estado do Paraná). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - **Aprovado.**

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - (Para encaminhar)  
Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Projeto de Lei nº 45/89, oriundo da Mensagem nº 25/89, do Poder Executivo...

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - (Pela Ordem)  
Sr. Presidente, eu interfiro no sentido de que já tenha transmitido o resultado da votação. Vossa Excelência disse: em votação, aprovado.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Não foi posto nem em discussão.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Em votação.  
Aprovado.

Então, eu pergunto a Vossa Excelência se já não havia considerado aprovada esta matéria.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) De-

putado Edmar Luiz Costa, esta Presidência consulta se Vossa Excelência vai requerer verificação de votação.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Sr. Presidente, foi-me dada a palavra para encaminhar a votação. Estou com a palavra para encaminhar a votação, a não ser que me cassem a palavra.

Foi-me concedida a palavra, para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) A palavra está com o Deputado Edmar Luiz Costa, que pediu para encaminhar o referido projeto. Então, vou deixar a palavra com o Deputado, para que ele encaminhe o projeto, depois nós voltamos à Ordem do Dia, para quem dela quiser.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - (Pela Ordem)  
Sr. Presidente, Vossa Excelência está concedendo para encaminhamento de votação? É isso, Sr. Presidente? Não se trata de justificação de voto?

(Assume a Presidência o Deputado Anibal Khury)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) O Presidente informa que colocou em votação a matéria e foi aprovada, e até o presente instante ninguém requereu verificação de votação.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Sr. Presidente, estou encaminhando a votação.  
Foi-me dada a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência tem 10 minutos para encaminhar a votação.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Sr. Presidente, o Projeto de Lei nº 45/89, aparentemente pode deixar a noção de que não traz profundas alterações nas características das então Letras Financeiras do Tesouro Estadual. Mas o que há é mais uma vez a Assembleia Legislativa delegando poderes totais, absolutos ao Sr. Governador do Estado.

O Projeto de Lei determina uma alteração no artigo 4º da lei original. A lei original diz que as Obrigações do Tesouro do Estado do Paraná, tipo reajustáveis, serão emitidas e observadas as seguintes condições, e eleitas as condições para emissão de títulos da dívida pública do Estado do Paraná. Já o projeto de lei não dá nenhuma exigência. Diz apenas: "as características dos títulos da dívida pública e suas condições de colocação no mercado serão definidas pelo Poder Executivo

nos moldes das atribuídas aos títulos de emissão do Tesouro Nacional ou Banco Central."

Portanto, coloca-se tudo nas mãos do Governador num momento em que o Poder Legislativo do Brasil está tentando recuperar os seus poderes de auxiliar a Nação, nós estamos mais um vez entregando os poderes deste Legislativo ao Executivo.

Vivemos ainda no Congresso Nacional, quem sabe a presença marcante do Legislativo na vida nacional, através da Comissão Mista, Senado e Câmara Federal, que está regulamentando o Projeto de Lei que regulará os princípios que nortearão a nova lei orçamentária. Enquanto lá o Legislativo se preocupa em traçar parâmetros para o próximo Orçamento, nós aqui estamos dizendo que o Poder Executivo emite e faz o que quer com os títulos da dívida pública do Paraná, regredindo a bem antes de 1985.

Além do mais, Sr. Presidente, no art. 7º do atual projeto: "As Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Paraná serão emitidas e colocadas no mercado para atendimento das operações de créditos da dívida fundada e de antecipação da receita orçamentária." O texto que quer o atual Governador.

A lei que se está mudando dizia: "que as Letras do Tesouro do Estado do Paraná serão emitidas e colocadas no mercado para atendimento das operações de crédito por antecipação de receita orçamentária."

Nós estamos ampliando além de antecipação das receitas orçamentárias, nós estamos permitindo que esses títulos sejam utilizados nas operações de crédito de dívida fundada. Portanto, já realizada.

Eu acredito que esta Casa não pode deixar passar o presente projeto de lei porque, mais uma vez, estará abdicando de seus poderes e da sua obrigação de ser um Poder independente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Deputado José Rogério.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Com muita atenção o Deputado Edmar Luiz Costa levanta uma questão que não é mero projeto para ser votado rapidamente por esta Casa. Talvez chegou a hora de nós, Deputados, votarmos com mais atenção e principalmente, discutir mais os projetos que passam por esta Mesa e por este Plenário.

Este artigo 2º que o Governador quer alterar, passa despercebido, mas se o Deputado ler com atenção o parágrafo único, que diz: "Fica o Poder Executivo autorizado a promover, quando necessário, a

substituição das Obrigações do Tesouro do Estado do Paraná por Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Paraná e dessas por aquelas."

É uma alteração que nos tira toda autonomia, toda luta que o Legislativo vem fazendo durante todos esses tempos. É jogar fora a nossa força, é desprezar esta Casa.

Não, não vamos jogar fora a força do Legislativo, vamos mostrar para o povo paranaense que aqui estamos atenciosos às leis, para dar, realmente, essa força a todo o Estado. Mas não desprezar o Legislativo, votar rapidamente, sem atender profundamente esse projeto.

Muito bem, Deputado Edmar Luiz Costa, muito bem lembrado. E nós vamos votar de acordo, realmente, com a posição da Oposição esse projeto, não vamos entregar à força. As atribuições do Legislativo já são poucas, pouquíssimas, vamos restabelecer as forças, estudar e discutir mais seriamente este projeto.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder à chamada nominal requerida pelo Deputado Artagão Mattos Leão.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Procede à chamada nominal).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - (Após a chamada nominal dos Srs. Deputados).

Vamos proceder à verificação de votação. Os Srs. Deputados que aprovam o projeto, queiram levantar-se. Dezoito Srs. Deputados aprovam. Os Srs. Deputados que rejeitam queiram levantar-se. Quinze Srs. Deputados rejeitam. Está aprovado o projeto.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 81/89, de autoria do Deputado ANTONIO ANNIBELLI, que concede pensão mensal a IRENE TASSI SAVOLDI, viúva do ex-Prefeito do Município de Ourizona, IRINEU APARECIDO SAVOLDI, no valor equivalente a 3 (três) salários mínimos de referência. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Em REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, emenda substitutiva de Plenário, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

PROJETO DE LEI Nº 081/89  
EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO,  
EM 2ª DISCUSSÃO

O Artigo 1º - do Projeto de Lei nº 081/89, passará a ter a seguinte redação:

"Fica concedida a IRENE TASSI SAVOLDI, viúva do ex-Prefeito do Município de Ourizona, IRINEU APARECIDO SAVOLDI, uma pensão

mensal no valor equivalente a 02 (dois) salários mínimos de referência."

Parágrafo Único - A pensão de que trata esta lei deixará de ser devida caso a beneficiária venha a contrair novas núpcias.

O Artigo 2º - ...

Sala das Sessões, em 13.06.89.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

Apoiamento: Antônio Bárbara, Ferrari Júnior, José Afonso Júnior, Raul Lopes, Valderi Mendes Vilela.

Aprovado o projeto, artigo por artigo.

Emenda - Aprovada.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 323/84, de autoria do Deputado NELSON VASCONCELLOS, que cria o Distrito Administrativo de Casa Branca, no Município de Xambê, com divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Em REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 323/84  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica criado no Município de Xambê, o Distrito Administrativo de Casa Branca, com sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes:

- partindo do marco 1/47-A cravado a margem da Estrada Caramuru, seguiu-se o rumo 1º20'NE com a distância de 587,00 metros onde encontrou-se outro marco 1/47-A cravado a margem esquerda do córrego Caramuru. Deste marco seguiu-se margeando o Corrego Caramuru águas abaixo até o Rio Pacarai, em continuação seguiu-se margeando o referido Rio Pacarai águas abaixo até encontrar a Estrada Icaraima, em continuação seguiu-se margeando a Estrada Icaraima até a Estrada Pavão, em continuação seguiu-se margeando a Estrada Pavão até encontrar o marco 270/271 cravado a margem da mesma Estrada Pavão. Deste marco seguiu-se o rumo 35º29'SW com a distância de 1.015,00 metros, onde encontrou-se outro marco 270/271 cravado a margem direita do Ribeirão Miriquina. Deste marco seguiu-se margeando o referido Ribeirão Miriquina águas acima até encontrar o marco 84/85 cravado a margem direita do Ribeirão Miriquina. Deste marco seguiu-se o rumo 88º30'NE com a distância de 505,00 metros, onde encontrou-se outro marco 84/85 cravado a margem da Estrada Walkiria. Deste marco seguiu-se margeando a Estrada Walkiria até encontrar o marco 133 cravado a margem da Estrada Mestre, em continuação seguiu-se margeando a Estrada Mestre até encontrar o marco 803/804 cravado a margem da Estrada Mestre. Deste marco seguiu-se o rumo 51º33'SW com a distância de 448,00 metros onde encontrou-se o marco 838/839

cravado a margem da Estrada Mestre. Deste marco seguiu-se margeando a Estrada Mestre até encontrar a Estrada Caramuru, em continuação seguiu-se margeando a Estrada Caramuru até encontrar o marco 1/47-A cravado a margem da mesma Estrada Caramuru, ponto de partida, ficando assim demarcado o Distrito de Casa Branca do Oeste. Todos os rumos constantes do presente memorial referem-se ao NORTE VERDADEIRO.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.11.84

(a) NELSON VASCONCELLOS

#### JUSTIFICATIVA:

A localidade de Casa Branca no Município de Xambrê através de sua laboriosa população vem aspirando a sua elevação à categoria de Distrito, com o propósito de manter e continuar o seu desenvolvimento.

Com a elevação daquela localidade à categoria de Distrito, inúmeros benefícios poderão advir, quer no campo social, econômico e cultural, ajudando para que o crescimento ali verificado não venha sofrer solução de continuidade. Nestas condições e tendo em vista que a localidade de Xambrê atende aos requisitos previstos na Lei Orgânica dos Municípios, e que nos levaram a apresentar o presente projeto de lei que temos a certeza receberá o total apoio dos Nobres Pares com assento nesta Augusta Casa de Leis.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 323/84

#### PARECER:

O projeto de lei em exame, de autoria do nobre Deputado Nelson Vasconcellos, tem como objetivo a criação no Município de Xambrê, o Distrito Administrativo de Casa Branca do Oeste, com sede na localidade do mesmo nome.

A medida ora proposta, visa o benefício de sua laboriosa população, que com a elevação da localidade de Casa Branca do Oeste à Distrito, obterá inúmeros benefícios, quer no campo social, econômico e cultural.

O projeto de lei em epígrafe, não encontra óbice legal algum para sua aprovação, uma vez, que todos os requisitos exigidos pelo artigo 8, números I - II - III, e parágrafo Único, da Lei Complementar nº 27, de 8 de janeiro de 1986, estão plenamente cumpridos.

Por tais fatos, manifestamos o nosso parecer favorável, nos permitindo opinar pela aprovação da referida matéria.

Sala das Comissões, em 10.05.89.

(a) CÂNDIDO BASTOS

Presidente

EDMAR LUIZ COSTA

Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 324/84, de autoria do Deputado NELSON VASCONCELLOS, que cria o Distrito Administrativo de PINDORAMA, no Município de Xambrê e divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., na forma da EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL, por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

#### PROJETO DE LEI Nº 324/84 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1º Fica criado, no Município de Xambrê, o Distrito Administrativo de PINDORAMA, com sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes:

- partindo do marco 1 cravado a margem das Estradas Mestre e Lontra, deste marco seguiu-se margeando a Estrada Mestre até encontrar o marco 14/179 cravado a margem da Estrada Mestre. Deste marco seguiu-se o rumo 18°14'NW com a distância de 880,00 metros, onde encontrou-se o marco 14/179 cravado a nascente do Córrego Macauba. Deste marco seguiu-se margeando o mesmo Córrego Macauba águas abaixo até o Ribeirão Miriquina, em continuação seguiu-se margeando o Ribeirão Miriquina águas acima até o marco 270/271 cravado a margem direita do mesmo Ribeirão Miriquina. Deste marco seguiu-se o rumo 35°29'NE com a distância de 1.015,00 metros onde encontrou-se outro marco 270/271 cravado a margem da Estrada Pavão. Deste marco seguiu-se margeando a Estrada Pavão até a Estrada Icaraíma, em continuação seguiu-se margeando a Estrada Icaraíma até o Rio Paracai, em continuação seguiu-se margeando o Rio Paracai águas abaixo até encontrar o marco 386 cravado a margem esquerda do mesmo Rio Pacarai. Deste marco seguiu-se o rumo 8°23'SE com a distância de 390,00 metros onde encontrou-se outro marco 386 cravado a margem da Estrada Lontra. Deste marco seguiu-se margeando a Estrada Lontra até o marco 1 cravado na intersecção das Estradas Mestre e Lontra, ponto de partida, ficando assim demarcado o Distrito de Pindorama do Oeste. Todos os rumos constantes do presente memorial referem-se ao NORTE VERDADEIRO.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.11.84.

(a) NELSON VASCONCELLOS

#### JUSTIFICATIVA:

A criação do Distrito Administrativo de Pindorama, no Município de Xambrê, constitui antiga e legítima aspiração dos seus habitantes, tendo em vista o crescente progresso daquela rica região paranaense.

Com a elevação daquela localidade à categoria de Distrito, inúmeros benefícios poderão advir, quer no campo social, econômico e cultural, ajudando para que o crescimento ali verificado não venha sofrer solução de continuidade. Nestas condições e tendo em vista que a localidade de Xambrê atende aos requisitos previstos na Lei Orgânica dos Municípios, e que nos levaram a apresentar o presente projeto de lei que temos a certeza receberá o total apoio dos Nobres Pares com assento nesta Augusta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 324/84

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Nobre Deputado Nelson Vasconcellos, que visa criar o Distrito Administrativo de PINDORAMA, no Município de Xambrê e divisas que especifica.

No que concerne ao aspecto legal e constitucional da matéria nada encontramos que possa impedir a normal tramitação deste projeto de lei por este Augusto Poder.

No tocante ao mérito da proposição é de absoluta oportunidade e justiça, já que a criação deste Distrito Administrativo constituiu antiga e legítima aspiração dos seus habitantes, tendo em vista o crescente progresso daquela rica região paranaense. Além do mais, com a elevação daquela localidade à categoria de Distrito, inúmeros benefícios irão advir, quer no campo econômico, social e cultural.

Nestas condições, é o nosso parecer FAVORÁVEL, na forma da emenda substitutiva geral.

É o parecer.

Sala das Comissões, em .05.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS  
Presidente  
RAUL LOPES  
Relator

PROJETO DE LEI N° 324/84  
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL

Art. 1° - Fica criado, no Município de Xambrê, o Distrito Administrativo de Pindorama do Oeste, com sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes:

"Tem como ponto inicial e final, a ponte sobre o Rio Paracai, divisa intermunicipal com Umuarama, Estrada Icaraíma ou Galina; seguindo pela Estrada Icaraíma ou Galina até o entroncamento com a Estrada Pavão, divisando com o Distrito de Casa Branca do Oeste; pela Estrada Pavão até a ponte sobre o Ribeirão Miriquina; descendo pelo Ribeirão Miriquina até a foz do Córrego Miriquina ainda divisando com o Distrito de Casa Branca do Oeste; daí, subindo pelo Córrego Miriquina até a ponte na Estrada Macaúbas, divisando com o Distrito

de Elisa; pela Estrada Macaúbas até o entroncamento com a Estrada Mestre; daí, ainda divisando com o Distrito de Elisa, segue pela Estrada Mestre até o seu cruzamento com a Estrada Dourados, na divisa intermunicipal de Pérola; pela Estrada Dourados e depois pela Estrada Lontra, até a ponte sobre o Rio Paracai, na divisa intermunicipal com Umuarama; daí, subindo o rio Paracai, até a ponte na Estrada Icaraíma ou Galina."

MEMORIAL DESCRITIVO DO PERÍMETRO URBANO DE PINDORAMA DO OESTE

"Tem como ponto inicial e final o cruzamento da Estrada Lontra com a Estrada Tupi; pela Estrada Tupi até a Estrada Cravo; pela Estrada Cravo até a Estrada Sem Nome; pela Estrada Sem Nome passando pelos fundos das Quadras n.ºs 20, 11, 2 e 1 (todas inclusive), até a Estrada Lontra; pela Estrada Lontra até o cruzamento com a Estrada Tupi."

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.12.86.

(a) NELSON VASCONCELLOS

Apoio: Anibal Khury, Hermas Brandão, Sérgio Spada.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 326/84, de autoria do Deputado NELSON VASCONCELLOS, que cria o Distrito Administrativo de ELISA, no Município de Xambrê, com sede na localidade do mesmo nome e divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Em REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

PROJETO DE LEI N° 326/84.  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica criado, no Município de Xambrê, o Distrito Administrativo de Elisa, com sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes:

- partindo do marco 1 cravado na intersecção das Estradas Mestre e Dourado, seguiu-se o rumo 36°06'SW com a distância de 408,00 metros, onde encontrou-se o marco 1, cravado na intersecção das Estradas Dourado e Nabuco, em continuação seguiu-se margeando a Estrada Dourados até encontrar o marco 166/167, cravado a margem da Estrada Dourados. Deste marco seguiu-se o rumo 34°56'SE com a distância de 600,00 metros onde encontrou-se outro marco 166/167 cravado na margem direita do Rio Xambrê, confrontando por este lado com o Município de Pérola. Deste marco seguiu-se margeando o Rio Xambrê, águas acima até o Ribeirão Cascata, confrontando por este



lado com o Município de Iporã, em continuação seguiu-se margeando o Ribeirão Cascata águas acima até encontrar o marco 154/10 cravado na nascente do mesmo Ribeirão Cascata. Deste marco seguiu-se o rumo 20°57'NE com a distância de 1.131,00 metros, onde encontrou-se outro marco 154/10 cravado na margem da Estrada Cascata, em continuação seguiu-se margeando a mesma Estrada Cascata até a Estrada Figueira, em continuação seguiu-se margeando a Estrada Figueira até o marco 124/123, cravado a margem da Estrada Figueira. Deste marco seguiu-se o rumo 20°02'NE com a distância de 770,00 metros, onde encontrou-se com outro marco 124/123, em continuação seguiu-se o rumo 33°30'SW com a distância de 70,00 metros onde encontrou-se outro marco 124/123 cravado a nascente do Córrego Ponte Alta, em continuação seguiu-se margeando o Córrego Ponte Alta águas abaixo até o Córrego Boa Vista águas abaixo até o Ribeirão Cantinflas, em continuação seguiu-se margeando o Ribeirão Cantinflas águas acima até encontrar o marco 199/621, cravado a nascente do mesmo Ribeirão Cantinflas. Deste marco seguiu-se o rumo 31°00'NW com a distância de 540,00 metros, onde encontrou-se outro marco 199/621 cravado a margem da Estrada Mestre. Deste marco cruza-se a Estrada Mestre até encontrar o marco 837/838 cravado a margem da mesma Estrada Mestre. Deste marco seguiu-se o rumo 51°33'NW com a distância de 454,00 metros, onde encontrou-se o marco 803/804 cravado a margem da Estrada Mestre. Deste marco seguiu-se margeando a Estrada Mestre até o marco 133 cravado na intersecção das Estradas Mestre e Walkiria. Deste marco seguiu-se margeando a Estrada Walkiria até encontrar o marco 84/85 cravado na margem da mesma Estrada Walkiria. Deste marco seguiu-se o rumo 88°30'SW com a distância de 505,00 metros, onde encontrou-se outro marco 84/85 cravado a margem direita do Ribeirão Miriquina, em continuação seguiu-se margeando o Ribeirão Miriquina águas abaixo até encontrar o Córrego Macauba, em continuação seguiu-se margeando o mesmo Córrego Macauba águas acima até encontrar o marco 179/14, cravado a nascente do Córrego Macauba. Deste marco seguiu-se o rumo 18°14'SE com a distância 880,00 metros onde encontrou-se o marco 14/179 cravado a margem da Estrada Mestre, em continuação seguiu-se margeando a Estrada Mestre até encontrar o marco 1 cravado na intersecção das Estradas Mestre e Dourados, ponto de partida, ficando assim demarcado o Distrito de Elisa. Todos os rumos constantes do presente memorial referem-se ao NORTE VERDADEIRO.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.11.84.

(a) NELSON VASCONCELLOS

#### JUSTIFICATIVA:

A comunidade de Elisa no Município de Xambê de longa data vem almejando a sua elevação à categoria de Distrito. Com a elevação daquela localidade à categoria de Distrito, inúmeros benefícios poderão advir, quer no campo social, econômico e cultural, ajudando para que o crescimento ali verificado não venha sofrer solução de continuidade. Nestas condições e tendo em vista que a localidade de Xambê atende aos requisitos previstos na Lei Orgânica dos Municípios, e que nos levaram a apresentar o presente projeto de lei que temos a certeza receberá o total apoio dos Nobres Pares com assento nesta Augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 326/84

- PARECER:

Autor: Deputado NELSON VASCONCELLOS

I - O ilustre Parlamentar propõe o presente projeto de lei com o objetivo de criar o Distrito Administrativo de ELISA, no Município de Xambê.

II - Nas suas bem fundamentadas razões, justifica o autor que a pretensão de criar o referido Distrito vem de longa data - anseio daquela comunidade. Diz mais o autor que dando à localidade de ELISA a sua autonomia distrital ajudará no seu crescimento.

III - A iniciativa obedece os proceitos da Lei Complementar nº 2, art. 9, incisos I e II, conforme nos informa o Ofício nº DPE 015/89 de 31.01.1989 do IBGE, encaminhado à ALE pelo Ofício IBGE-PR 147 de 15.02.89. Convém salientar que o IBGE respondeu ofícios nºs 472/86 e 271/86 de 02.12.86 e 05.07.86, somente em fevereiro de 1989.

Demorou o IBGE 2 anos, 2 meses e 13 dias para prestar as informações necessárias para que o projeto pudesse tramitar.

Assim não dá! Cobram trabalho e agilidade do Legislativo! Como fazer, se um Órgão Federal demora tanto tempo para dizer que o futuro Distrito de Elisa tem 2.808 habitantes, 136 domicílios e 143 prédios?

Desculpe-me o Senhor IBGE, mas a burocracia, ao que me consta, tomou conta de Vossa Excelência! Ah! povo de ELISA, cheio de paciência, maior que a de Jó, meus parabéns! Esperou, não fez passeata, não ergueu faixas, nem pediu voto de repúdio, pesar ou de profunda dor! Mas devia fazê-lo!

Esses órgãos morosos, mexem com a nossa paciência, não é mesmo, meu caro Deputado Nelson Vasconcellos? Meus parabéns à iniciativa, pois finalmente e com a iniciativa sua o povo de ELISA terá o seu Distrito, pois o meu parecer, rapidamente

(recebi o projeto no dia 20.04.89) é favorável.

Seja a Assembléia também rápida e ELISA, por ela e seu povo a nós ficará grata!  
Sala das Comissões, em 25.04.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS

Presidente

NEREU CARLOS MASSIGNAN

Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 325/88, de autoria do Deputado LUIZ ALBERTO OLIVEIRA, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor ARIOSTO DA RIVA. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Em REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no DA 122/88, de 29.11.88)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 325/88

PARECER:

O projeto de lei em tela, de autoria do nobre Deputado LUIZ ALBERTO OLIVEIRA, objetiva conceder o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor ARIOSTO DA RIVA.

O projeto encontra-se devidamente justificado, cumprindo, portanto, os pré-requisitos regimentais. Quanto ao amparo legal, encontra respaldo na Lei nº 5.638, de 13.09.67, que regulamenta condições essenciais para a concessão de títulos de cidadania paranaense.

Quanto à constitucionalidade, nada encontramos que possa obstar sua normal tramitação.

O parecer, portanto, é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.04.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS

Presidente

GERNOTE KIRINUS

Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 48/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 31/89), que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Tomazina um imóvel urbano, que deverá abrigar órgãos da Prefeitura Municipal e outros órgãos públicos do referido Município. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J e C.O.P.T.C., por unanimidade. Em REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 048/89  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Tomazina o imóvel urbano medindo vinte e três metros

e trinta centímetros de frente por cinquenta e quatro metros e oitenta centímetros de fundo, com o prédio e as benfeitorias nele existentes, havido pelo Estado conforme transcrição nº 20.730, no Livro 3-0, fls. 15, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Tomazina, cujo imóvel, em consequência, ficará desafetado da destinação originária.

Art. 2º - O imóvel objeto da doação de que trata esta lei fica gravado com a cláusula de inalienabilidade que deverá constar do respectivo título e será destinado a abrigar órgãos da Prefeitura Municipal e também a outros órgãos públicos em decorrência de convênios.

Art. 3º - No caso de utilização diversa da especificada no artigo anterior, o imóvel reverterá ao patrimônio do Estado.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.03.89.

(a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 48/89

PARECER:

O presente plano de lei, oriundo do Poder Executivo, através da Mensagem Governamental nº 31/89, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Tomazina um imóvel urbano, que deverá abrigar órgãos da Prefeitura Municipal e outros órgãos públicos do referido Município.

A competência para a sobredita doação é da Assembléia Legislativa com a sanção do Poder Executivo, conforme o estabelecido pelo artigo 21, inciso VIII, alínea "c", da Constituição do Estado do Paraná.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.05.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS

Presidente

LAURO LOBO ALCANTARA

Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E  
COMUNICAÇÕES  
PROJETO DE LEI Nº 48/89

PARECER:

Oriundo da Mensagem Governamental nº 31/89, o projeto de lei em tela visa autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Tomazina um imóvel urbano que deverá abrigar órgãos da Prefeitura Municipal e outros órgãos públicos do referido Município.

No plano constitucional, encontra-se o processado em conformidade com o artigo 21, inciso VIII, alínea "c", da Constituição Estadual, que estabelece que a compe-



tência para tal é da Assembléia Legislativa com a sanção do Poder Executivo.

Esta Douta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, ao ser chamada a opinar, em conformidade com o artigo 53 do Regimento Interno desta Casa, vem a seguir o entendimento da Comissão de Constituição e Justiça, vindo a se pronunciar FAVORAVELMENTE pela presente proposta.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO. É o PARECER.

Sala das Comissões, em 07.06.89.

(aa) ACYR MEZZADRI

Presidente

HERMAS BRANDÃO

Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 54/89, de autoria do Deputado NEIVO BERALDIN, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DA VILA ESTRELA", com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Em REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 54/89

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação dos Moradores e Amigos da Vila Estrela", com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.03.89.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

A "Associação dos Moradores e Amigos da Vila Estrela" sito à Rua Aristides Borsato, nº 105 - Vila Estrela, no Bairro Fazendinha, nesta Capital, que pretendemos seja declarada de Utilidade Pública, dentro de suas finalidades estatutárias, presta à comunidade de seu bairro, gratuitamente, serviços dos mais variados segmentos, promovendo aulas de catequese, missas em datas especiais, reuniões periódicas para tratar de assuntos de interesse da coletividade, como por exemplo, com a Administração Regional da Prefeitura Municipal de Curitiba para discutir e resolver problemas concernentes a saneamento básico (manilhamento, abertura de valetas, ensaibramento), transporte coletivo, mercado popular, etc., promove ainda velórios, bailes, entrega de tickets de leite, pré-escola para crianças de 4 a 6 anos e outras atividades, sempre tendo em vista o interesse comum dos moradores de seu bairro, o que ao nosso entender são objetivos legítimos.

A documentação que acompanha o presen-

te projeto de lei, por si só comprova o preenchimento das normas legais exigidas na legislação vigente.

Nas condições expostas, é que apresentamos o referido projeto de lei, esperando contar com o apoio e posterior anuência dos demais nobres pares desta Augusta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 054/88

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Neivo Beraldin, objetiva o presente plano de lei declarar de Utilidade Pública a "Associação dos Moradores e Amigos de Vila Estrela", com sede e foro nesta Capital.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela Aprovação do presente plano de lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões em 06.06.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente

HERMAS BRANDÃO - Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 85/89, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que concede pensão mensal a Senhora CARLA MONTANI PEREIRA, viúva do ex-Prefeito do Município de São Pedro do Ivaí, Aloísio Alves Pereira, no valor equivalente a 3 (três) salários mínimos de referência. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Em REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 85/89.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida a Sra. MARIA CARLA MONTANI PEREIRA, viúva do ex-Prefeito do Município de SÃO PEDRO DO IVAÍ, ALOÍSIO ALVES PEREIRA, uma pensão mensal no valor equivalente a 3 (três) salários mínimos de referência.

Parágrafo Único - A pensão de que trata esta lei deixará de ser devida caso a beneficiária venha a contrair novas nupcias.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.04.89.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei que objetiva a concessão de uma pensão mensal no valor equivalente a 3 (três) salários mínimos de

referência a Sra. MARIA CARLA MONTANI PEREIRA, viúva do ex-Prefeito de SÃO PEDRO DO IVAÍ, ora submetido a exame e apreciação nesta Casa, consubstancia medida que sob todos os aspectos é plenamente justa e oportuna, pois virá assegurar meios de sobrevivência à viúva do Prefeito Aloísio, falecido aos 52 anos de idade, em trágico acidente automobilístico, quando ainda no desempenho do cargo de Chefe do Executivo Municipal de São Pedro do Ivaí, deixando 08 filhos, e para cujo cargo foi eleito em 15 de novembro de 1988.

Estou certo de que esta proposição merecerá, dos Senhores Deputados, o necessário apoio e conseqüente aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 085/89

PARECER:

Autor: Deputado ORLANDO PESSUTI

I - Propõe o ilustre Parlamentar a concessão de uma pensão mensal a Senhora CARLA MONTANI PEREIRA, viúva do ex-Prefeito do Município de São Pedro do Ivaí, Aloísio Alves Pereira.

II - O presente projeto de lei consubstancia medida justa e oportuna, haja vista o falecimento do Sr. Aloísio no desempenho do cargo de Chefe do Executivo Municipal de São Pedro do Ivaí.

III - Nada há jurídica e constitucionalmente que impeça sua aprovação, portanto opinamos favoravelmente.

Parecer favorável, pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 06.06.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS

Presidente

NEREU CARLOS MASSIGNAN

Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 87/89, de autoria do Deputado PEDRO TONELLI, que declara de Utilidade Pública a Comissão de Proteção ao Meio Ambiente de Céu Azul, com sede e foro no Município de Céu Azul. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 87/89  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Comissão de Proteção ao Meio Ambiente de Céu Azul - PROMAZUL, com sede e foro no município de Céu Azul, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.04.89.

(a) PEDRO TONELLI

JUSTIFICATIVA:

O meio ambiente tem se tornado um tema de fundamental importância no atual momento. A conservação do que resta é uma tarefa de todos. Quando a comunidade se organiza para tal tarefa, os méritos são ainda maiores, pois é a sociedade que se organiza e a PROMAZUL tem esta finalidade. Entendemos ser portanto, motivo suficiente para apoiar tal projeto de lei que ora estamos apresentando.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 087/89

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado PEDRO TONELLI, objetiva o presente plano de lei declarar de Utilidade Pública a Comissão de Proteção ao Meio Ambiente de Céu Azul, com sede e foro no Município de Céu Azul.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela APROVAÇÃO do presente plano de lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.05.89.

(a) CÂNDIDO BASTOS

Presidente

VALDERI MENDES VILELA

Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 126/89, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que revoga o artigo 2º da Lei n. 8.756, de 27 de abril de 1988. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 126/89  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica revogado o Art. 2º da Lei n. 8756 de 27 de abril de 1988.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31.05.89.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Com a finalidade de resgatar as prerrogativas atribuindo-as ao Poder Legislativo, faz-se necessário a apresentação desta proposta, visando retornar tal competência ao procedimento legal previsto na Constituição.

O inciso V do Art. 21 da Constituição Estadual prevê que:

"Art. 21 - Compete à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador: ...

V - Criar e extinguir cargos públicos e fixar-lhes atribuições e vencimentos."

Justifica ainda a presente matéria do disposto no inciso I do art. 47 da Constituição Estadual que compete privativamente ao Governador.

Art. 47 - ....

I - iniciar o processo legislativo das leis que disponham sobre matéria financeira, criem ou extingam cargos, funções ou empregos públicos, aumentem os vencimentos e vantagens dos servidores, ou acresçam a despesa, bem como fixem ou modifiquem o efetivo da Polícia Militar.

Para a aprovação do presente, contamos com a anuência dos nobres Pares, desta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 126/89

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Hermas Brandão, visa revogar o art. 2° da Lei n° 8756, de 27 de abril de 1988. A referida lei autoriza o Poder Executivo a conceder reajustes, na forma que especifica, aos servidores públicos do Estado.

Chamada a opinar esta Comissão de Constituição e Justiça, através de seu Relator, quanto ao aspecto legal e constitucional da matéria, esta entende por meritória a propositura em questão, já que tem por finalidade o de resgatar as prerrogativas ao Poder Legislativo.

No que tange ao aspecto legal e constitucional do mencionado projeto de lei, nada encontra esta Comissão de Constituição e Justiça que venha impedir a legal e normal tramitação deste por esta Colenda Casa de Leis.

Assim sendo é o nosso Parecer Favorável, opinando-se pela aprovação do projeto de lei em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.06.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente  
VALDEMI MENDES VILELA - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 131/89, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que atribui gratificação de Responsabilidade Técnica aos ocupantes dos cargos de nível universitário da Administração Direta e Autárquica do Estado, extensivo aos inativos, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado.

PROJETO DE LEI N° 131/89  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a atribuir, aos ocupantes dos cargos de nível universitário da Administra-

ção direta e autárquica, do Estado, extensivo aos inativos, regidos pela Lei Federal n° 5194/66 e Lei Federal n° 6496/77, a gratificação de Responsabilidade Técnica no percentual de 100% (cem por cento) sobre os seus vencimentos.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões em 05.06.89.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A Lei Federal n° 5194/66 regula as profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro Agrônomo, cujos serviços profissionais estão sujeitos à "Anotação de Responsabilidade Técnica", pela execução de estudos, projetos, serviços, obras ou funções técnicas, nos termos da Lei Federal n° 6496, de 07 de dezembro de 1977, inclusive para efeitos de acervo técnico dos servidores designados para tais encargos.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 131/89

P A R E C E R:

O presente projeto trata da "gratificação de responsabilidade técnica" prevista na Lei Federal n° 6496, de 07 de dezembro de 1977.

Por tal embasamento não podemos deixar de reconhecer a juridicidade e a constitucionalidade com que se reveste o presente projeto de lei.

Posto isso voto favorável à pretensão.

Sala das Comissões, em 13.06.89

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente  
GERNOTE KIRINUS - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 15/89 (Mensagem n° 23/89, ex-Proposição n° 24/89), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, que aprova o convênio celebrado em 28.12.89, entre o Estado do Paraná, coadjuvado pela Secretaria do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e a União, através da Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República, com a interveniência do Ministério da Saúde, do Instituto de Planejamento Econômico e Social - IPEA e da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, objetivando a execução de Ações Experimentais em Saneamento Rural no âmbito do Programa estadual de Saneamento Rural do Paraná. - Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 16/89 (Mensagem n° 27/89, ex-Proposição n° 25/89), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, que aprova os convênios e termos aditivos celebrados pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, com os Municípios, datas e objetivos que especifi-

ca. - Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 17/89 (Mensagem nº 28/89, ex-Proposição nº 26/89), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, que aprova os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento e o Ministério da Agricultura, nas datas e com os objetivos que especifica; e ainda os termos aditivos a convênios celebrados em 19 de outubro de 1988, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, o Ministério da Agricultura, cujos objetivos encontram-se adiante mencionados. - Aprovado.

O SR. 1º SECRETÁRIO - De conformidade com o requerimento verbal de autoria do Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, acima aprovado, procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Indicação:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUEREM sejam considerados os Deputados Paulo Furiatti e Ferrari Júnior, para todos os efeitos, integrantes do Bloco Democrático Liberal Trabalhista Cristão.

Sala das Sessões, em 14.06.89.

(aa) PAULO FURIATTI, HERMAS BRANDÃO,  
EZEQUIAS LOSSO - Líder do PL,  
EDMAR LUIZ COSTA - Líder do PDC,  
JOSÉ ALVES - Líder do PTB.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1218

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 218/88, que declara de Utilidade Pública a Associação de Capoeira Serpente do Oeste.

Sala das Sessões, em 14.06.89.

(a) LAURO LOBO ALCANTARA

REQUERIMENTO Nº 1219

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 146/89, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Mantenedora de Assistência - SOMA, com sede e foro na cidade de Londrina.

Sala das Sessões, em 14.06.89.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1215

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pela Resolução nº 112/86, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER dispensa da discussão e votação aos Projetos aprovados em Terceira Discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 14.06.89.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO Nº 1207

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município da Lapa, pela passagem dos 220º aniversário de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Sr. Prefeito Municipal, Sr. Sergio Leone, ao Vice-Prefeito, bem como a todos os Srs. Vereadores, para que, em nome do Poder Legislativo do Paraná, recebam e cumprimentem a população lapeana, onde floresce o progresso.

Sala das Sessões, em 14.06.89.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O aniversário da Lapa é motivo de júbilo natural para toda a população, porque é uma cidade de características diferentes e isso é fruto exclusivo pelo trabalho de sua gente. Não será exagero dizer que temos numa só cidade o espelho, a miniatura do mundo todo, com sua grandeza, com seu progresso, com avanços, com culturas, e ao mesmo tempo com os problemas e dificuldades que são inerentes a qualquer sociedade.

Os problemas são o ponto que une a todos os lapeanos, legítimos ou não, são eles que impulsionam o progresso. E as grandes conquistas e os avanços mostram que é com o trabalho e dedicação que se forja uma grande e admirada cidade, que se melhoram as condições de vida da população.

Lapa chega a 220 anos com um estilo moderno de ser, mas sem perder suas raízes e sem perder o seu passado de glórias e sua história.

Nesta data tão significativa, todo o povo da Lapa é credor da nossa homenagem e do nosso reconhecimento, na certeza de que continuará com a mesma garra e a mesma pujança, sendo exemplo e cópia-modelo para as demais cidades paranaenses.

REQUERIMENTO Nº 1212

Senhor Presidente.

Rafael Greca de Macedo, Deputado esta-

dual Constituinte, que este subscreve, solicita à egrégia Assembléia a inserção nos Anais, de voto de congratulação e apreço a Domício Pedroso, curador da galeria de Arte BANESTADO, no edifício Saint Hilaire, em Curitiba, pela realização em 29 de março passado, da exposição Frederico Kirchgassner (1899-1988), "in memoriam" do arquiteto e urbanista, criador da primeira casa "modernista" da cidade, na colina do Alto de São Francisco, e introdutor das técnicas de concreto entre nós.

E exposição foi documento extraordinário do desenvolvimento da capital neste século, com o testemunho do bom arquiteto Frederico, artista plástico inquieto e filósofo expressivo. A exposição motivou a Secretaria de Estado da Cultura a promover o tombamento, com aquiescência da família, do belíssimo imóvel residencial à avenida Jaime Reis esquina com Portugal, em Curitiba.

Também registre-se voto de congratulações aos artistas plásticos Nelson Padrela, ele paranaense, e Raul Delavy, pela recente exposição de trabalhos na Sala Miguel Bakun, à rua Dr. Muricy, na Secretaria de Cultura, em Curitiba: numa mostra de pintura e colagens tendo por tema básico a liberdade no continente latino-americano, a resistência do espírito humanitário mesmo nos tempos de ditadura mais cruel. A exposição, importante politicamente, traz nítida qualidade cultural, sendo digna dos melhores museus do mundo.

Sala das Sessões, em 14.06.89.

(a) RAFAEL GRECA

#### REQUERIMENTO Nº 1213

Senhor Presidente.

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, pede a inserção nos Anais, de voto de congratulações e apreço à Diretoria do empreendimento Shopping Center Mueller/Combrashop, na pessoa do Sr. Salomão Soifer, pela restauração e preservação da bela casa da família Mueller, antiga moradia dos "patrões da fundição Mueller", situada à rua Mateus Leme, 321-A, antigo caminho do Açungui, em Curitiba, de trabalhos de preservação recentemente concluídos.

Sala das Sessões, em 14.06.89.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Preserva-se mais pela compreensão do que pela imposição. O Estado brasileiro, ao grafar na sua Constituição a preservação do patrimônio cultural como dever histórico e estatal reconhece também o papel comunitário na conservação das paisagens e dos conjuntos arquitetônicos.

As obras, recentemente concluídas pela Combrashop, na bela casa dos Muller, situada à Rua Mateus Leme, valorizam a casa

anexa, antigo Paço Episcopal, e o próprio Shopping, também implantado entre paredes testemunho da fundição secular, pioneira da industrialização no Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 1214

Senhor Presidente.

Rafael Greca de Macedo, Deputado Estadual pelo PDT, pede a inserção nos Anais, da egrégia Assembléia, de voto de congratulações e apreço à família e entidades acima nominadas, pela publicação dentro dos planos editoriais da benemérita Fundação Santos Lima, da "opera omnia", isto é, obra completa, do médico, professor e doutor João Cândido Ferreira, lançada na Associação Médica do Paraná, às 17:00 horas do último dia 08 de junho de 1989, pelo empenho do Dr. Eduardo Correa Lima.

Sala das Sessões em 14.06.89.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Não se pode negar a evidente necessidade da memória. Sobretudo quando trata-se da memória de vultos insígnies da humanidade, como o Dr. João Cândido Ferreira, professor e alma da universidade, hoje lamentavelmente depreciada pela política federal.

A comunidade paranaense pela recente publicação, ganha mais uma jóia para a estante paranista de suas bibliotecas.

#### REQUERIMENTO Nº 1210

Senhor Presidente.

Rafael Greca de Macedo, Deputado Estadual que este subscreve, pede seja registrada nos Anais, desta egrégia Assembléia, moção de apreço ao gesto do Banco Bamerindus, na pessoa de seu Presidente, banqueiro José Eduardo de Andrade Vieira, pela doação de 10 equipamentos de computação gráfica a 10 universidades brasileiras, entre elas as Universidades de Londrina, Maringá, Ponta Grossa, a PUC de Curitiba e a Universidade Federal do Paraná.

Sala das Sessões, em 14.06.89.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Se é válida a assertiva de Pio XII de que "... sobre toda propriedade pesa uma hipoteca social...", o Banco Bamerindus, pela sua ação neste episódio, resgata parte da dívida deste País com o ensino e o futuro.

O equipamento doado, uma estação de trabalho PROCEDA 5370, de 32 bits, consta de um processador Motorola 68.020, e de processador gráfico Intel 82786, com tela colorida de alta resolução, e pode ser aplicado em Engenharia, Arquitetura, e em todas as áreas que usam cálculo numérico de alta performance e representações gráficas exatas.

Deve a Assembléia, ao aplaudir a doa-

ção; estimular a iniciativa privada a repetir gestos como este: até para reforçar mais ainda a obrigação do Estado com as instituições de ensino superior e com educação em geral.

Dê-se ciência disto aos Reitores e ao Dr. Andrade Vieira.

#### REQUERIMENTO N° 1211

Senhor Presidente.

Rafael Greca de Macedo, Deputado Estadual que este subscreve, eleito pelo PDT, no interesse público e do bem comum, pede que a Assembléia oficie ao Presidente do DETRAN, Dr. Jesus Sarrão, pedindo a agilização da instalação do Terminal e Computação da 16ª CIRETRAN, em Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 14.06.89.

(a) RAFAEL GRECA

#### JUSTIFICATIVA:

No interesse público tal nos foi pedido por toda a Câmara de Foz do Iguaçu, a partir de requerimento do ilustre Vereador, companheiro nosso, Carlos Alberto Grellmann, de Foz do Iguaçu. A exposição de motivos xerocada anexa é convincente.

#### REQUERIMENTO N° 1208

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente a Exma. Sra. Professora Gilda Poli Rocha Loures, DD. Secretária do Estado da Educação, solicitando estudos para a construção de uma unidade escolar para atender os bairros de Itatiaia e Parigot de Souza, em Maringá.

Importante localidade, os bairros de Itatiaia e Parigot de Souza, concentram um expressivo número de habitantes em suas áreas, que apresentam um processo de crescimento em ritmo acelerado, como a inauguração recente de mais dois conjuntos habitacionais, tornado-se imprescindível a implantação de novas unidades escolares, face a necessidade de deslocamento de alunos excedentes da Escola Estadual Adaille Maria Leite para o Colégio Estadual João XXIII, localizado na Vila Operária, utilizando para isso, dois ônibus diariamente.

Diante de tal realidade, que essa Secretaria, mediante um estudo a respeito, determine a construção de uma unidade escolar na região, por tratar-se de uma reivindicação perfeitamente justa para aquela comunidade.

Sala das Sessões, em 14.06.89

(a) JOSÉ ALVES

#### REQUERIMENTO N° 1209

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de

expediente ao Diretor-Presidente da SANEPAR, solicitando a liberação de recursos para a construção de dois (2) poços artesianos no Jardim América, Município de Maringá.

Tendo em vista a falta constante de água na região, e que os estudos para a implantação desta obra já foram concluídos, tal medida viria solucionar um dos mais graves problemas do município.

Sala das Sessões, em 14.06.89

(a) JOSÉ ALVES

#### REQUERIMENTO N° 1216

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Governador do Estado do Paraná e ao Ilustríssimo Senhor Presidente do Banco do Estado do Paraná S.A. - BANESTADO, solicitando a criação e instalação de uma Regional daquela instituição creditícia no Município de Guarapuava.

Sala das Sessões, em 14.06.89

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

#### Projeto de Lei:

#### PROJETO DE LEI N° 147/89

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação das Donas de Casa de Toledo", com sede e foro no Município de Toledo.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.06.89

(a) SABINO CAMPOS

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação das Donas de Casa de Toledo foi fundada com o intuito de colaboração com os poderes públicos e demais associações no sentido da solidariedade social com a finalidade de proteger os direitos e representar os interesses das donas de casa perante as autoridades administrativas e judiciárias.

Entre os diversos deveres da Associação citamos alguns: promoção de atividades filantrópicas e culturais, ajuda no trabalho de construção e manutenção de creches e postos de saúde, estudo de soluções domésticas para enfrentar as dificuldades da economia e discussão dos problemas que as mulheres enfrentam na sociedade.

A documentação que acompanha nossa propositura justifica plenamente as exigências legais.

Sobre a mesa, requerimento de n° 1207, de autoria do Sr. Deputado Antônio Anni-



belli, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1208, de autoria do Sr. Deputado José Alves, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1209, de autoria do Sr. Deputado José Alves, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1210, de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1211, de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1212, de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1213, de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1214, de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1215, de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1216, de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1218, de autoria do Sr. Deputado Lauro Lobo Alcantara, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1219, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

O restante da sessão de hoje será integralmente destinado à apresentação do programa "Volvo, Segurança no Trânsito", em decorrência de requerimento apresentado e aprovado na Sessão Ordinária de 29 de março passado, por iniciativa do Senhor Deputado Algaci Túlio.

Para coordenação dos trabalhos convido a assumir a Presidência e direção dos mesmos Sua Excelência o Senhor Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Técnicos da Indústria Volvo do Brasil, autoridades e demais convidados presentes.

Não será errado, nem prudente, afirmarmos que o povo brasileiro vive na iminência da perda da vida.

Senão, vejamos: segundo dados da Organização Mundial de Saúde - OMS, há no Brasil, instalados, 167 mil tipos de doenças, cuja média ponderada dimensiona três doenças a cada habitante do país.

Temos, por exemplo, 60 milhões de verminóticos: 35 milhões de contaminados por tuberculose, 50 milhões de ansiosos, 63% da população desnutrida e 50% da população até 35 anos, contaminada por doenças sexualmente transmissíveis.

Até o ano 1994, o Brasil contará com o terceiro lugar, dentre os países com maiores índices de portadores de AIDS.

Comprovado: o povo brasileiro vive muito mal, vive na iminência do contágio, do agravamento e da perda da vida.

Há, entretanto, outro fator que tem despertado grande preocupação, por ser um dos principais responsáveis pela mutilação e perda de inúmeras vidas: o trânsito.

Não se trata de uma doença isolada, mas de uma moléstia social, cuja cura passa, necessariamente pela conscientização do seu grupo de risco, constituído, exatamente, por toda a população.

Toda a população está sujeita aos males provocados por essa moléstia social.

Segundo perspectivas, existentes para este ano de 1989, deverão ocorrer de 800 a um milhão de sinistros viários e, em decorrência disso, de 45 a 50 mil óbitos serão registrados, aproximadamente 250 mil pessoas tornar-se-ão inválidas permanentemente e cerca de 300 mil sofrerão lesões leves.

Esses dados levam o nosso país a mais uma posição de recorde mundial. Não na agricultura, não nas exportações, nem na produção de petróleo ou coisa parecida mas, na triste posição de terceiro colocado entre os países com maior número de mortes e acidentes de trânsito.

Nosso país reproduz, por ano, uma Guerra do Vietnã, com 50.000 vítimas. A cada ano, desaparece um Estádio do Pacaembu lotado, em função de acidentes no trânsito.

Cinquenta mil pessoas morrem, por ano, em plena calçada, nas vias públicas, vítimas da irresponsabilidade, imprudência, falta de educação e displicência de motoristas.

É preciso controlar essa "doença social" que está decepando as vidas dos nossos amigos, irmãos e filhos. Ao simples ato de sairmos às ruas, ingressamos no quadro da iminência da perda da vida.

Que mal é este, incontrolável, que nos assola, que nos assombra e contra o qual não conseguimos desenvolver um método seguro de controle e cura?

Que mal é este que tememos, mas, do qual não procuramos nos defender?

O Brasil tem o trânsito mais perigoso

do mundo, isso em função do alcoolismo, alta velocidade, ausência de manutenção dos automóveis, desrespeito à sinalização e normas de trânsito e, ainda, o não cumprimento dos itens de segurança recomendados, como o cinto de proteção.

Dentre as mais de 50.000 vidas ceifadas por essa verdadeira "guilhotina" institucionalizada ficaram saudades de pessoas que nos eram gratas, como a cantora e líder feminista Maysa; o recordista mundial de salto triplo, João do Pulo; os ex-presidentes Juscelino Kubitschek e João Goulart, além de, recentemente, a morte trágica do Prefeito de Volta Redonda, Juarez Antunes, cujo passamento gerou grandes conseqüências para a população e a vida daquela cidade carioca.

Tantos outros tiveram suas vidas colhidas, muitas vezes, por querer ganhar dez minutinhos a mais. Anônimos, que passaram despercebidos aos olhos da grande maioria.

E o que é pior, Senhores, dificilmente consegue-se responsabilizar os culpados por essas tragédias.

Nos últimos dez anos, dos 13.439 procedimentos policiais inerentes ao trânsito recebidos pela 1ª Vara de Delitos de Trânsito de Curitiba, apenas 3.553 puderam ser transformados em ações penais, muito embora, 57% chegaram à justiça, já prescritos.

Esta é uma questão que deve encontrar ressonância na classe política brasileira, deve ser discutida em pé de igualdade com os demais grandes temas da atualidade: a educação, a saúde, meio ambiente e economia. Porque é, também, uma questão de educação, porque é, uma questão de saúde, de meio ambiente e economia. Sobretudo, porque é dessa discussão que tiraremos propostas para a preservação da vida humana, ameaçada ante a arrasadora ação dos criminosos impunes do volante.

Nesta oportunidade, técnicos e especialistas da Volvo do Brasil, vêm trazer a esta Casa, o resultado de estudos e atividades desenvolvidos, pioneiramente por aquela indústria, na questão do trânsito.

Temos lembrado que todos, indistintamente, têm responsabilidade na busca de soluções que superem o grave quadro traçado pelos acidentes de trânsito no Brasil. Essa não é uma responsabilidade exclusiva do Poder Público, o é principalmente, da população que deve ter em mente, com objetividade, o papel que lhe é assegurado, como ser verdadeiramente ativo, no contexto do trânsito.

Nossa discussão, hoje, é pela vida.

Obrigado.

Por esta razão a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná votou requerimento de nossa autoria e que teve o apoio de to-

dos os Senhores Parlamentares desta Casa para que fizéssemos durante a sessão normal de hoje uma exposição através dos técnicos da Volvo que têm desenvolvido esta Empresa que tem demonstrado um interesse muito grande em procurar ajudar a combater este mal tão grande, que é o problema do trânsito.

E esta Casa não pode ficar omissa a essa discussão, razão pela qual apelamos aos Senhores Parlamentares, que permaneçam em plenário porque, afinal de contas, é um tema dos mais importantes e nós precisamos, como Parlamentares, também, dar a nossa colaboração, no sentido de ajudarmos a diminuir a violência no trânsito não apenas em Curitiba, mas no Brasil e no mundo também.

Concedo a palavra ao companheiro J. Pedro Correia, Coordenador do Programa de Segurança no Trânsito, que fará neste momento a apresentação dos nossos convidados que farão palestras durante a tarde de hoje.

Tem a palavra o companheiro jornalista, José Pedro Correia.

O SR. JOSÉ PEDRO CORREIA - Muito obrigado, Deputado Algaci Túlio, Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores da imprensa, minhas Senhoras e meus Senhores.

Depois dessa apresentação do tema feito pelo Deputado Algaci Túlio, cabe apenas mencionar que o fundamental para uma indústria não é apenas o lucro, mas a participação na vida comunitária se integrar na comunidade, junto à qual ela vive.

Programa Volvo de Segurança no Trânsito, objetiva exatamente isto, unir forças, fazer um verdadeiro mutirão nacional, para tornar o nosso trânsito mais seguro, mais humano, e com menos vítimas.

Gostaria de lhes mostrar rapidamente o roteiro da apresentação de hoje, nós falaremos inicialmente sobre a problemática do trânsito brasileiro com o Dr. Hilton Trevisan, ex-diretor geral da Volvo do Brasil, membro do Comitê Executivo, do Programa Volvo da Segurança do Trânsito, em seguida mostraremos rapidamente, o que é o Programa Volvo de Segurança do Trânsito, passaremos a falar do ano brasileiro de Segurança do Trânsito, e o que nós entendemos que possa ser feito durante o ano de 1989, inclusive, saindo deste plenário, mostraremos alguns vídeos e slides sobre o assunto, proporemos algumas ações concretas que podem ser iniciadas dentro da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, e evidentemente, no final, estaremos à disposição dos Senhores para debater este tema, que é tão importante, quanto apaixonante.

Eu gostaria então de convidar o Dr. Hilton Dassio Trevisan, membro do Comitê

Executivo do Programa Volvo de Segurança no Trânsito, para que fale um pouco da problemática do trânsito brasileiro.

O SR. HILTON TREVISAN - Senhores membros da Mesa, Senhores Deputados.

Alguns números sobre esse momentoso problema que está sendo abordado e que representa, certamente uma grande ameaça à vida dos brasileiros.

O País possui uma população de cento e quarenta e cinco milhões de habitantes. A nossa malha rodoviária tem um milhão e quatrocentos mil quilômetros de estradas. Somente cerca de vinte por cento, dessas estradas são asfaltadas. A frota circulante brasileira é de quatorze milhões de veículos.

Existem ao redor de vinte milhões de brasileiros habilitados, para dirigir.

O mundo inteiro mata por ano quinhentas mil pessoas no trânsito. O Brasil, sozinho, mata cinquenta mil pessoas e fere trezentos e cinquenta mil.

Temos mais de um milhão de acidentes registrados por ano, os prejuízos materiais alcançam dois bilhões de dólares, e mais os prejuízos sociais atingem dois milhões de dólares.

Sessenta e três por cento dos leitos hospitalares, são ocupados por acidentados no trânsito, isto na sessão de ortopedia.

Ocorre uma morte a cada treze minutos no País. E o que é muito lamentável: a média de idade do morto no trânsito é de 33 anos. São pessoas em sua capacidade máxima de produção.

O Trânsito Brasileiro: alguns dos problemas característicos do nosso trânsito - não temos, efetivamente, uma cultura de trânsito no País, não temos um órgão que cuide da segurança no trânsito, temos problemas de manutenção de estradas, de má sinalização, de policiamento deficiente, corrupção, de legislação ultrapassada, de impunidade. Não se ensina trânsito nas escolas, onde realmente se deveria solucionar o problema, começar por solucionar o problema. E o acidente de trânsito ainda é visto como uma "coisa do destino" ou "que pertence à vontade de Deus", como se o acidente não fosse evitável.

Então, com a maior objetividade nós procuramos colocar aqui estes pontos que consideramos fundamentais na análise do problema.

Agora, o companheiro José Pedro.

O SR. JOSÉ PEDRO - Gostaria de lhes dizer, rapidamente, o que é o programa Volvo de Segurança no Trânsito. Ele foi lançado em julho de 1987 com o objetivo básico de sensibilizar a sociedade brasileira na busca de respostas para uma simples pergunta: como aumentar as condições de segu-

rança no trânsito e diminuir o número e a severidade dos acidentes?

Estes programas foram o único evento que a Volvo do Brasil decidiu para comemorar, para marcar o seu 10º aniversário no Brasil. De todas as propostas apresentadas, a direção da Volvo não teve dúvida em escolher este, por ser um tema permanente, como forma de marcar o seu 10º aniversário no Brasil. Para que conseguíssemos atingir este objetivo, sensibilizar a sociedade brasileira, nós criamos um programa baseado em três pontos fundamentais, aos quais foi acrescentado um quadro na sequência do programa. Criamos uma Câmara Volvo para discutir implementações de soluções, decidimos realizar simpósios pelo Brasil afora, regionalizando o tema "Segurança no Trânsito", criamos um boletim de segurança no trânsito cujos 5 mil exemplares são distribuídos por todo o território nacional, e criamos um prêmio Volvo de Segurança no Trânsito, dirigido a motoristas profissionais, à imprensa e a interessados em geral. E além disso, criamos o prêmio "O Estado do Ano", para que pudessemos premiar as administrações estaduais que mais tivessem feito pela segurança no trânsito, em suas regiões.

A partir de 1989 criamos, também, o troféu "A Empresa do Ano", para poder mostrar ao Brasil a iniciativa privada e os seus esforços no sentido de tornar o nosso trânsito melhor. O prêmio é um prêmio bom, é o troféu Volvo de Segurança no Trânsito, é uma importância em cruzados novos correspondente a mil dólares e uma viagem à Suécia por dez dias, para que os ganhadores possam ver o que se faz naquele País, em matéria de prevenção de acidentes.

O balanço deste programa, que já entra no seu 3º ano de atividade é bastante produtivo. É um balanço que nos gratifica bastante. Do lado do Governo, nós sentimos a grande dificuldade de dar sequência aos seus esforços, mas mesmo assim, acho que o Governo criou ao criar o PRONASTRE, o Programa Nacional de Segurança no Trânsito, mostrou o quanto está preocupado com o assunto. Podemos até dizer que com a mão esquerda o Governo deu ao País condições de pensar melhor e com a direita criou um pouco mais de condições na medida em que veio a operação desmonte e praticamente deixou sem recursos a maioria dos seus órgãos para o desenvolvimento destas mesmas ações que foram preconizadas. De qualquer maneira a criação ou estabelecimento do uso obrigatório do cinto de segurança, as medidas aumentando as punições para os infratores das leis de trânsito, as modernizações que estão sendo processadas na legislação do trânsito são alguns pontos mais marcantes e que certamente vão ajudar a população brasileira a pensar ou a sen-

sibilizar mais com o assunto trânsito.

Da parte da iniciativa privada as reações foram ainda mais extraordinárias e eu acho que aí reside talvez, o esforço maior e, talvez a satisfação maior de todos aqueles planos que foram estabelecidos para o desenvolvimento deste programa Volvo de Segurança no Trânsito.

Com a criação do ano de 1989 como o "Ano Brasileiro de Segurança no Trânsito" o Governo criou uma alternativa de se sensibilizar, de se falar com todos os segmentos da sociedade brasileira. Porque na verdade, a grande pergunta que se fazia no ano passado quando o Presidente Sarney decretou o 89 como o "Ano Brasileiro de Segurança no Trânsito" o que seria este ano brasileiro de segurança no trânsito?

O ano na verdade é a oportunidade de se criar bases para um longo processo de sensibilização de toda a comunidade brasileira com relação à violência no trânsito. Cabe a todos nós que fazemos parte da comunidade brasileira, uma parte deste esforço.

O Governo na verdade, nós sabemos, tem recursos limitados para operacionalizar ações concretas para diminuir o número de acidentes do trânsito no Brasil. Contudo nós temos outras forças que são extraordinárias que podem e estão ajudando a iniciativa privada e as comunidades.

As comunidades brasileiras falta basicamente a informação. E é este precisamente, o objetivo maior do "Ano Brasileiro de Segurança no Trânsito" e do nosso programa.

Grandes empresas, grandes corporações nacionais e internacionais aderiram imediatamente a esta proposta de esforço para tornar o nosso trânsito melhor, com menos vítimas.

Nós podemos citar algumas das empresas que estão anunciando o programa de segurança, que estão sensibilizando as suas comunidades: A Shell, Daw Química, Cargil, aqui de Ponta Grossa, Di Gregório, Xerox, Sadia, Ultra Fértil, que são empresas que estão fazendo bastante pela segurança do trânsito. São empresas que já faziam, mas, que a partir de 1989 estão também divulgando estas ações que é um fator muito importante.

Nós, num rápido cálculo, fizemos as contas de que mais de 60 grandes empresas brasileiras e internacionais sediadas no Brasil estão investindo em matéria de segurança no trânsito. São mais de 100 milhões de dólares que estão sendo investidos neste ano na segurança. Investindo na segurança na verdade está-se provando que se torna um excelente negócio e é em torno disso que gira o interesse maior do programa Volvo de Segurança no Trânsito.

Eu gostaria de apresentar rapidamente

para os Senhores alguns "slides" sobre o desenvolvimento do programa Volvo e, propor algumas ações que podem ser desdobradas nas cidades que são na verdade o início de toda a Nação brasileira. Aonde começam realmente os grandes programas de ação brasileira.

(Slides).

Só para mostrar rapidamente, esta é uma reunião técnica Volvo reunida em São Paulo. São 25 entidades do Governo e da iniciativa privada que discutem implementação de soluções.

Foi esta Câmara que deu a sugestão ao Presidente Sarney para decretar o "Ano Brasileiro de Segurança no Trânsito".

Este é um simpósio Volvo realizado no mês de março em Curitiba com a presença de mais de 200 pessoas. E como este nós temos realizado muitos pelo Brasil.

Este é o boletim de segurança que nós circulamos para mais de 5.000 pessoas, pelo Brasil afora, o regulamento do Prêmio Volvo de Segurança no Trânsito, que, no ano passado, teve mais de 250 trabalhos, vindos de mais de vinte estados da Federação.

A nova marca do "Ano Brasileiro de Segurança no Trânsito", oficial, em 4 cores, aqui os senhores vêem em forma de selo de Correio, aqui em forma de adesivo, para os automóveis.

A maneira como a imprensa tem comprado este mutirão, tem coberto estes esforços, em torno de um trânsito melhor e mais seguro. Este é um ponto realmente fundamental, para que o programa tenha sucesso, em todo o País.

Onde nós queremos chegar talvez seja difícil de dizer, mas onde nós não queremos ficar são imagens como estas, crianças que são transportadas, de forma irresponsável e inconseqüente, pelas nossas ruas e estradas. Crianças que são transportadas para as escolas desta forma, de uma maneira altamente irresponsável. Esta foto foi batida aqui em Curitiba, e mostra escolares sendo transportados numa Kombi aberta e mostra o absurdo, e este problema tem acontecido em vários pontos do Brasil. O que nós devemos sonhar é com este tipo de imagem, crianças sendo transportadas com segurança, numa cadeira apropriada, devidamente fixada, com o cinto de segurança. Famílias devidamente fixadas ao cinto de segurança, que nós sabemos, é efetivo e ajuda realmente em mais de 50% na diminuição de vítimas fatais.

O que nós precisamos é evitar cenas como estas: - este é um "out-door", que se vê nas estradas da França, que mostra uma jovem e o texto falando, a 50 quilômetros por hora, que é a chamada velocidade de cidade, sem o cinto de segurança. O que nós precisamos evitar são cenas como esta,

em que esta criança inocente diz que você está com o cinto de segurança e o seu filho? Faça o clic do cinto de segurança também no banco de traz.

Este é um depoimento importante de um jovem que diz: "eu banquei o idiota no carro e meu colega está paralisado até hoje".

São campanhas que têm sido desenvolvidas no exterior e que nós temos levado, pelo Brasil afora, no sentido de sensibilizar, cada vez mais, a população brasileira.

Estes são os números da França de 1978 e o título em cima diz: - "A última taça de sábado à noite". São os perigos de beber e dirigir.

Este, não precisa dizer nada, é um "out-door" da Suécia que mostra os perigos das estradas e dos cuidados que devemos ter.

Este, é uma sequência de "out-doors", que também é mostrado na Suécia e que diz o seguinte, numa sequência de três: No primeiro: - "A Senhora Olson em 14 segundos vai matar o seu marido", ela está no banco de traz, sem o cinto de segurança. No segundo diz: "A Senhora Olson está matando o seu marido". E no terceiro diz: "Depois de matar o seu marido, a Senhora Olson também vai morrer". Ela estava sem o cinto de segurança, e vai ser projetada com um peso de 3.000 quilos, contra o parabrisa dianteiro e praticamente não terá chance de escapar!

É por isso que a Suécia, desde 1986, obriga também o uso do cinto de segurança, no banco de traz, e escolheram o tema: "O Elefante no banco de traz", como símbolo da campanha, desde 1986. O texto lá em cima diz o seguinte: "Não ponha um elefante no banco de traz", porque num choque, a 50 quilômetros por hora, que é a velocidade de cidade de um corpo é projetado, do banco de traz para frente, com um peso de 3.000 quilos, que é o peso de um elefante.

Este é um anúncio dos Estados Unidos, que simplesmente diz "Sem dor". E ~~embaixo~~ diz, que se você beber, não dirija. Este também é dos Estados Unidos, e diz que nem todos os super-heróis vivem em histórias em quadrinho.

Este é um trocadilho americano que diz que John, realmente botou para quebrar no sábado à noite.

O que eu gostaria de rapidamente mostrar para vocês, Srs. Deputados, antes das propostas formais, são idéias que eu dei na semana passada, ou a duas semanas atrás por ocasião do Congresso Paranaense de Vereadores. Nós mostramos a eles a importância do desenvolvimento de programas municipais de segurança do trânsito. Se nós não começarmos esta sensibilização pelas bases da sociedade brasileira, a nossa

chance de ter sucesso com este programa será muito pequena.

É por isso que nós precisamos criar programas de bases para que eles possam ter sucesso.

Este folheto vai ser distribuído a todos os senhores, e eu gostaria muitíssimo de que fosse discutido com suas bases, nos seus municípios, para o desenvolvimento de programas municipais.

O que nós dizemos neste folheto? Nós dizemos que é importante primeiro estabelecer um objetivo para um programa como esse. Estabelecer um prazo de agora até o final do ano, por exemplo, seis meses, e tentar levantar os dados da cidade: frota circulante, população, número de veículos que cortam a cidade. Número de motos, número de veículos (bicicletas), enfim, dados que possam ser importantes para se avaliar que tipo de ações podem ser desdobradas.

E eu pediria depois se o Ulisses ou o César pudessem começar a distribuir estas pastas aos Srs. Deputados para que eles possam sentir melhor o desdobramento deste programa.

E o que é preciso? A partir do número de acidentes, a partir do número de mortos e de feridos, criar-se um programa de atuação municipal, no sentido de se conseguir um resultado a curto prazo. É preciso unir as forças que estão disponíveis na cidade, para que se possa conseguir algum resultado. Mexer com as prefeituras, com as Câmaras Municipais, com os lions, com os rotarys, Associação Comercial e Industrial, escoteiros, bandeirantes, rádios, jornais, televisão, Defesa Civil, Associação de Bairros, escolas, colégios, universidades, professores, pronto-socorros, hospitais, enfim, todos os meios disponíveis que possam juntar-se.

É preciso que este seja um programa duradouro. É importante que não seja um programa de uma semana, como a "Semana do Trânsito" para que se possa levar realmente esta sensibilização a todas as camadas da comunidade local. É importante estabelecer os "fronts" de ação, saber guerrear aonde for preciso usando as forças locais.

E aqui nós damos algumas idéias: levar o programa nas escolas; criar a educação no trânsito, no currículo escolar, porque isso é de competência dos municípios e eles podem e devem fazer. Envolver as empresas industriais e comerciais, envolver as Cipas no processo de prevenção de acidente dos seus empregados.

Não esquecer evidentemente os meios de comunicação, a imprensa, mostrando a eles que isto é um assunto que dá ouvinde, que dá leitor e que dá telespectador. Usar os jornais internos da empresa. Usar a televisão nestas campanhas. Ajudar os meios de



comunicação a conseguir patrocínio para que possam falar do assunto trânsito, dentro das comunidades locais. Não esquecer o rádio que tem uma força extraordinária e que muito pode fazer dentro de um programa municipal desta ordem.

É importante criar um símbolo a exemplo do "Ano Brasileiro de Segurança do Trânsito", para colocar ao lado do programa municipal. Um se apoiaria no outro com grande resultado.

E é preciso que tenha uma coordenação geral boa e eficiente e de preferência profissional.

Essas idéias estão neste panfleto e eu tenho certeza de que os senhores vão ver, através deste tipo de programa um retorno extraordinário por parte daqueles que votaram nos senhores com o objetivo de defender melhor os seus interesses.

Eu tenho certeza de que este tipo de programa haverá de surtir um excelente resultado e isto vai marcar de forma bastante significativa o "Ano Brasileiro de Segurança do Trânsito", porque na verdade é isto que se quer.

Eu costumo repetir esta frase do Presidente da Associação Brasileira de Medicina no Trânsito, em que ele diz que o Brasil é um país de muitos problemas urgentes, mas nenhum deles pode ser maior do que a morte de 50 mil pessoas por ano, mortes que ceifam o melhor das nossas faixas etárias. Eu acho que se outros países conseguiram resultados bons, nós também podemos conseguir no Brasil. Uma última frase que é uma lembrança importante para todos nós, é que tudo no Brasil levado a sério dá certo, se nós nos dedicarmos a esta causa, nós haveremos de ter amanhã, este amanhã que eu digo é daqui cinco, dez anos, um trânsito muito melhor, muito mais seguro, com menos vítima; e temos certeza de que os nossos filhos e netos não se arrependerão dos pais e avós que tiveram no ano brasileiro de segurança no trânsito por ter começado esse tipo de programa. Eu gostaria de convidar o colega Alan Cannel, coordenador técnico do programa Volvo de Segurança no Trânsito, a formular algumas propostas de ação concreta, que pode sair desta Casa.

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Esclarecendo ainda que na sequência, após o Dr. Alan, nós teremos o debate aberto aos Srs. Deputados e pessoas presentes à Assembleia poderão utilizar os microfones, estão as cadeiras dos Srs. Deputados para poder também fazer as suas perguntas.

Tem a palavra o companheiro Alan Cannel.

O SR. ALAN CANNEL - Sr<sup>as</sup> e Srs., aqui

nós falamos já sobre o problema, agora nós gostaríamos de discutir um pouco as soluções. Em primeiro lugar, nós temos que considerar que não há uma solução mágica, o trânsito é um problema macro. São 50 mil mortos por ano e são dois bilhões de dólares em prejuízos materiais, mas infelizmente as soluções são apenas do tipo micro e as melhorias virão somente através de um trabalho longo, paciente e contínuo nas áreas de disciplina e coibição de abusos, educação dos futuros motoristas e conscientização dos atuais e a redução de conflitos através da engenharia, conflitos entre motoristas e pedestre e incluindo também as obras que visam a redução da severidade dos erros cometidos.

Acreditamos que o assunto merece um destaque na nova Constituição do Estado. A introdução da Educação de Trânsito no currículo escolar, em todos os níveis, merece consideração e deve ser incluído; a criação de uma comissão permanente de acidentes de trânsito seria um passo importante a exemplo desta Casa para o País. Essa comissão poderia realizar trabalhos voltados para a inclusão de uma rubrica especial no orçamento do Estado, destinada à segurança de trânsito. A verificação da aplicação de recursos pelas Secretarias de Educação, Transportes e Segurança Pública; a valorização do trabalho técnico dos engenheiros e policiais vinculados à área; a promoção de varas especializadas de trânsito, devemos lembrar que o Paraná já é um exemplo ao resto do País, tendo três varas especializadas de trânsito, e também a criação de uma campanha permanente de segurança de trânsito com o apoio empresarial.

Senhores, segurança não tem "lobby". A pulverização das vítimas entre a sociedade faz com que as reivindicações populares sejam esporádicas. Porém, é patente que a população quer ruas e avenidas mais seguras, já que o número de pedidos para lombadas confirma esta afirmação. Segurança é algo que todos nós queremos. Nossas pesquisas de opinião pública feitas através da Prefeitura, através do instituto de pesquisa, mostram claramente que uma atuação enérgica contra os abusos de trânsito teria o apoio maciço da maioria; refiro-me especificamente ao problema de embriaguês, e, que pesquisa realizada aqui em Curitiba, demonstrou que 90% dos motoristas e também da população em geral, mesmo os motoristas que dirigem sem carteira, são contra a embriaguês ao volante e são a favor de punições rigorosíssimas.

Nós diríamos que essa bandeira de segurança de trânsito tem algumas semelhanças com a da Ecologia, a grande vantagem é essa. Ninguém é contra; até agora pelo menos não descobrimos ninguém que esteja a favor de mais violências nas ruas. Nós não



queremos que morram mais criancinhas. Isso é uma coisa que nós não achamos.

Então, existe uma bandeira muito boa; falta apenas as mãos para empunhá-la.

Eu digo muito obrigado à Mesa e a todos os Srs. que estão aqui nos assistindo.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Esta aberto agora, aos Srs. Deputados, as perguntas que desejam formular, também aos convidados aqui presentes, jornalistas, à imprensa de um modo geral, que desejarem fazer perguntas aos palestristas que apresentaram neste momento o trabalho através da Volvo, na sua campanha realmente que é meritória, esta Casa não poderia ficar omissa ao trabalho que a Volvo vem fazendo.

O SR. JOSÉ PEDRO - Deputado Algaci, gostaria de saber se seria possível, pois, nós nos preparamos para mostrar um vídeo de sete minutos sobre: "Como transportar criança nos automóveis", e eu tenho a sensação de que gostaria extremamente que este Plenário tivesse a oportunidade de ver. Eu só pediria a gentileza, então, que fossem apagadas as luzes da frente, para que a imagem não fosse prejudicada...

É um vídeo que, como disse, de sete minutos, feito inicialmente na Suécia, aos quais nós acrescentamos cenas brasileiras para dar uma ambientação brasileira. Ele é auto-explicativo...

Enquanto aguardamos, eu gostaria de lembrar, eu estou de posse de uma matéria de duas páginas do jornal "Zero Hora", de Porto Alegre, que traz uma matéria sobre a Constituinte do Rio Grande do Sul e diz o seguinte: "Constituinte, uma lei contra a morte", e fala o seguinte: considerando que o acidente de trânsito faz 50 mil mortes, 150 feridos, e fala dos prejuízos e tudo o mais, fala de proposições que a Assembleia Constituinte Estadual do Rio Grande do Sul criar uma divisão de educação para o trânsito ligada à Secretaria da Segurança Pública, sugere que garanta campanhas permanentes de segurança no trânsito, no Rio Grande do Sul, inclusive em termos empresariais e comerciais.

Sugere que se acrescente matéria específica no currículo escolar de 1º e 2º graus, e nas faculdades dos meios de comunicação e educação, que implante cursos de técnicos em trânsito em nível universitário, crie na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul uma comissão Permanente de segurança e educação no trânsito, além de uma fundação capaz de apoiar o Rio Grande do Sul e prefeituras no combate em acidentes de trânsito.

Eu gostaria, depois, de deixar essas sugestões para a Constituinte do Estado do Rio Grande do Sul, em mãos do Deputado

Algaci Túlio, para que sirva eventualmente, juntamente com as idéias que nós demos, de modelo para proposições que possam sair, como disse, desta Casa.

Agora, o "Crianças no Carro" está pronto.

(Início de projeções de vídeo)

(Termina a projeção de slides)

O SR. JOSÉ PEDRO - Nós já fizemos mais de duzentas cópias desta fita e estamos distribuindo por todo o Brasil, para que sejam mostradas em colégios, em qualquer tipo de escola, para serem levadas às universidades, às escolas superiores e que possam sensibilizar todas as camadas da sociedade brasileira, para com este problema. Por isso dizemos, o problema de informação é muito grande, daí por que é preciso esforço no sentido de melhor orientar a sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Fica livre este espaço para que os companheiros Deputados e convidados façam alguma pergunta aos palestristas.

Deputado Raul Lopes da Comissão de Segurança Pública desta Casa, que prestigia este evento, certamente, terá algumas perguntas a fazer.

O Sr. Raul Lopes - Prezado companheiro Algaci que preside os trabalhos do Programa Volvo de Segurança no Trânsito, prezados companheiros da empresa Volvo que nos honram com a sua presença, exibindo o filme tão importante, cujo sentido não tem outro senão corroborar para que o sofrimento, naturalmente, observado, colhido ao longo das nossas rodovias, das nossas estradas torne-se mais ameno, evidentemente.

Mas, eu gostaria de acrescentar, prezado companheiro da Tribuna também a experiência vivida ao longo do tráfego, isto por que, acompanhei algumas transparências em que Vossa Senhoria elenca ali uma série de fatos que naturalmente são causa primeira da dificuldade para o pronto operacional, o pronto financeiro, o pronto imediato para que possamos sanar as dificuldades que ora se apresentam no trânsito. Indiscutivelmente não é fácil. O Governo não tem recurso, como Vossa Senhoria diz a nível federal, a nível estadual, não há uma sensibilidade por parte de quem assim deveria ter, não tem condições porquanto de passar à comunidade tudo o que se pretende fazer em quase que uma reação em cadeia espontânea no sentido de não ter a receptividade necessária, exigir a educação, tem que ser levada, comentada e até certo ponto agilizada no sentido de que nos estabelecimentos de ensino possa em que pese quer me parecer ter aqui colocado que não é com a educação nas escolas que

nós vamos sanar, mas vai ajudar bastante indiscutivelmente que eu queria alinhar algumas coisas para que se apressassem providências e os senhores poderão fazer pelo que representa hoje dentro da estrutura econômica, política e social do País, vossa empresa em especial, uma empresa que só vem fortalecer, engrandecer o Brasil e em especial o Paraná, Paraná-Curitiba.

Engenharia de tráfego - nossas estradas, lamentavelmente, não estão ajustadas ao modelo da indústria automobilística do Brasil, explico: indústrias automobilísticas - caminhões que ocupam hoje, um espaço, um tamanho, uma dimensão extraordinária, não se adaptam ao leito da nossa malha viária do Estado-Brasil. Nossas estradas oferecem recursos péssimos, não têm, quando não pode ter duas tem uma, não tem a pista de acostamento que a rigor torna-se uma condição, uma pista de fuga. Quando tem são em estados precários que tem corroborado para tal.

Sinalização - péssima, não existe. A poluição se faz presente, o policiamento que dá apoio é carente, é debilitado por falta de uma série de recursos. O governo a nível Brasil, vem sentindo, vem assistindo. Não tem investido, porque neste Brasil Educação e Segurança nunca foram prioridades de governo,

E em síntese à vida pouco se dá valor neste País. E aqui nesta Tribuna, não só este Deputado que lhes fala como outros companheiros aqui já se fizeram presentes perguntando quanto vale uma vida. Evidentemente, não houve resposta, porque não é fácil de se avaliar.

De sorte que, prezado companheiro, eu quero é dar um testemunho, um grito de alerta, porque acompanho há mais de trinta e cinco anos que vivo desta área. E aqui, nesta Casa, ocupo um lugar, como disse muito bem o Deputado Algaci, na Comissão de Segurança Pública do Estado do Paraná. De sorte que eu quero cumprimentá-lo, cumprimentá-lo e pedir que se desenvolva um pouco mais, meus prezados Diretores desta magnífica empresa, um trabalho no sentido de colocar também mais ou menos assim: Programa Volvo para combate da Violência Criminal nas grandes metrópoles, porque o índice de violência criminal que grassa hoje no Brasil é algo estarrecedor. Uma cidade como a do Rio de Janeiro, dizia-se um Companheiro, Presidente da Escola Superior de Guerra, em visita ao Paraná semana passada, que lamentavelmente no Rio de Janeiro não dá para visitar, você está fadado a morrer como morrem no trânsito, ele me dizia, tamanha é a violência e ninguém torna as coisas mais susceptíveis para uma sensibilidade.

Nós vamos também, indiscutivelmente, apresentar alguma coisa no sentido de sen-

sibilizar o Paraná, a comunidade, para o aprestamento necessário que se faz, alinhando alguma coisa a nível de educação de trânsito.

Então, como disse, é mais, prezado companheiro Algaci, prezado tribuno, é mais um desabafo, uma saudação e um cumprimento por este programa, por estes momentos maravilhosos que aqui estamos assistindo.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ PEDRO - Eu agradeço, e entendo, concordo em gênero, número e grau com suas palavras, de que realmente é o espelho do Brasil e foi por isso justamente que nós decidimos começar com o programa tocando no problema de trânsito.

Em São Paulo, por ocasião do Primeiro Simpósio Nacional, nós colocamos uma frase bem grande que deveria ser o lema de todo o programa Volvo: "Trânsito: já não basta falar. É preciso agir."

Eu acho que o que nós temos que fazer, como disse Vossa Excelência, é justamente isto: partir para ações concretas, esquecendo aqueles que não têm possibilidade de fazer como o próprio Governo que está de mãos atadas.

Acho que a sociedade pode fazer, a iniciativa privada pode fazer, o Poder Legislativo Estadual pode fazer e pode fazer bastante e aqui nós temos um elenco de sugestões e nós achamos que se nós tivermos a sorte de vermos aprovadas algumas das ações, essas transformadas em ações concretas, nós temos certeza que o Paraná estará dando o melhor exemplo ao Brasil de como fazer alguma coisa em defesa da sua comunidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Deputado Valderi Vilela, quer fazer alguma pergunta?

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Sr. José Pedro, nós gostaríamos de fazer uma indagação a Vossa Senhoria: é sabido que a Indústria automobilística no Brasil desenvolve-se com grande velocidade e que a cada dia que se passa as montadoras de veículos neste país continuam fabricando veículo cada vez com seus motores mais potentes. Não existe uma contradição em função da legislação vigente hoje, com os limites de velocidade estabelecido nas estradas? Isto, a fábrica de pesados caminhões, como a Volvo do Brasil, motores turbinados, potentes, que desenvolvem velocidades altíssimas, não existe uma contradição com as leis de segurança no trânsito?

O SR. JOSÉ PEDRO - Evidentemente que existe, Sr. Deputado, e eu acho que os

veículos estão aí para servir o progresso da Nação.

Falando em termos de potência de motores, de potência de caminhões ou de ônibus, esses veículos são colocados no mercado com o objetivo de melhor produzir para a Nação brasileira, para o progresso da Nação brasileira.

Quando se faz um caminhão com 400 cavalos de potência é evidente que não se está querendo fazer com que sugerir ao motorista de que ele deve andar a 100 ou a 120 por hora, com 40 ou 50 toneladas de carga.

O que é importante nessa potência é que ele vai ter uma velocidade média melhor, ele vai ter uma produtividade maior, ele vai poder servir melhor aos objetivos comerciais da sua empresa, sem que isto represente qualquer tipo de infração às leis do trânsito. Da mesma forma para os automóveis. O automóvel não é feito para correr 240 por hora no Brasil.

Na Alemanha, onde existem as autobans, onde não existe limite de velocidade a coisa é diferente.

Agora, a potência do carro pode sempre servir até como elemento a mais de segurança, na medida em que ele pode recuperar a velocidade média maior e fazer as ultrapassagens com mais segurança. Mas eu concordo rigorosamente.

Aí nós temos de volta o problema da informação, a volta do problema de como usar adequadamente o veículo que é colocado à nossa disposição. Esse tipo de informação, um deles evidentemente, dentro dessa constelação que a gente levantou rapidamente que precisa ser levantada, que precisa ser esclarecida ao longo do tempo.

Neste programa municipal, nessa sugestão de programa municipal, nós dizemos claramente que o "problema trânsito" no Brasil não vai ser resolvido com um ano brasileiro de segurança no trânsito. Se nós fizermos isso agora, se nós colocarmos no "currículo" escolar, se nós aumentarmos as punições, se nós aperfeiçoarmos a lei, se nós melhorarmos o policiamento e, como disse o Deputado anteriormente, nós melhorarmos as condições de estrada, de sinalização, nós certamente estaremos melhorando as possibilidades de termos aqui a alguns anos um trânsito mais seguro, mais humano e com menos vítimas.

O SR. RAUL LOPES - Prezado companheiro, eu volto com uma pergunta.

Eu me entusiasmei com a pergunta do companheiro Vilela. Então, vamos caminhar no raciocínio dele, evidente.

A Fórmula 1, cujos carros movidos a turbina, sofrem alterações e foram para um motor convencional. É esporte evidentemente, mas até lá, mesmo lá sentiu-se a ne-

cessidade de transformar aqueles motores que eram verdadeiros aviões e o companheiro Vilela faz uma observação muito importante: as condições, recomendações, a parte educativa que a própria empresa se encarrega de oferecer, lamentavelmente, ainda poderá a longo prazo trazer recursos. Não adiantou absolutamente nada.

Eu tenho comigo que nós deveríamos racionalizar dentro da modernização da indústria automobilística para caminhões, racionalizar a potência para a tração força mas não a potência para a velocidade.

Eu disse aqui no começo que a engenharia de tráfego não está ajustada, o nosso leito, a nossa malha viária não está ajustada para adequar um caminhão volvo. Eu cansei de viajar, eu fui um patrulheiro rodoviário por três anos, por excelência, e quando eu me defrontava com um caminhão volvo, um scânia wabis ou um outro à frente, ele só não ocupava uma parte da pista de rolamento como ele ocupava a outra parte. Era uma barbaridade. Por quê? Porque a indústria evoluiu, mas a engenharia de tráfego não evoluiu para dar condições para que teve o automóvel em trânsito ao longo dessa rodovia. É um verdadeiro desafio, é se despedir da família: olha, eu vou fazer uma viagem a Ponta Grossa. Adeus, não sei se volto, tamanha é a loucura, a barbaridade. Os acostamentos, como eu disse, não existem. O senhor falou em operação desmonte, é uma realidade.

Dessa tribuna aí fizemos vários pronunciamentos, quando o Governo em vez de ajudar está atrapalhando. Não é fácil. De sorte que atente bem para esse aspecto: o caminhão movido mais a um detalhamento para tração força e não para tração velocidade porque esses caminhões turbinados (não estou criticando a sua empresa evidentemente) é algo realmente estarrecedor, são verdadeiros aviões na pista passando por cima de todo mundo. É uma barbaridade.

O SR. JOSÉ PEDRO - Eu queria lembrar ao ilustre Deputado, evidentemente, que aqui não é um debate de acusação e defesa. Eu entendo perfeitamente e concordo...

O SR. RAUL LOPES - Não tome isso como crítica, eu sou um grande admirador da Volvo evidentemente. Mas eu lamento que nós brasileiros não tenhamos estruturado as nossas rodovias adequadamente à evolução, ao aprimoramento dessa indústria automobilística, lamentavelmente.

O SR. JOSÉ PEDRO - Eu queria dizer que melhorar a engenharia de tráfego vai certamente ajudar um pouco. Eu costumo dizer que todos esses tipos de ações isoladamente não decidem, mas ajudam. Então, o grande problema... eu acho que nós temos

de pensar dentro dessa perspectiva, que é a seguinte: se nós melhorarmos as estradas, se nós tivermos as estradas ideais, nós vamos diminuir o número de acidentes em 10%. Se nós melhorarmos os veículos, qualquer tipo de veículo, nós vamos diminuir o número de acidentes em mais 10%, agora, se nós melhorarmos o motorista, nós vamos melhorar 80%. Aí está o grande problema do trânsito brasileiro na medida em que nós não temos, como disse o Dr. Hilton Trevisan, nós não temos educação para o trânsito e é este o tipo de proposta que está sendo trazida a esta Casa: dar a contribuição paranaense, criar um modelo paranaense de segurança de trânsito para começar um processo penoso, longo, difícil, árido para que os nossos filhos e os nossos netos um dia possam se orgulhar dos pais e avós que tiveram na orientação de um programa educativo que possa resultar em alguma coisa melhor no futuro. Mas esse é um problema de longo prazo e que é preciso mexer. O grande problema está naquele que está atrás no volante, no desrespeito às leis, na certeza da impunidade que é um problema grande que nós temos no Brasil.

O SR. PRESIDENTE - (Algaci Túlio) Companheiro José Pedro, em que partes mais do Brasil a Volvo tem desenvolvido esse seu trabalho?

O SR. JOSÉ PEDRO - Bom, dentro de uma semana nós estaremos levando propostas mais ou menos idênticas a essas para a Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, na quarta-feira da semana que vem nós vamos ter em Fortaleza um Simpósio Regional de Segurança de Trânsito para os estados do Nordeste do Brasil, levando propostas de como melhorar o trânsito à luz das experiências, dos problemas locais e à luz de soluções possíveis locais também. É o segundo Simpósio deste ano que nós estamos realizando pela Volvo do Brasil. Além desses, nós já fizemos outros dois este ano: um em Caxias do Sul e fizemos um outro há duas semanas atrás em Joinville. No ano passado nós fizemos cinco Simpósios: um em Porto Alegre, um outro em Salvador, um outro em Goiânia, um em Belo Horizonte e um Simpósio Nacional em Brasília. Depois de já havermos feito um grande Simpósio em São Paulo para mais de 400 pessoas. Durante este ano de 89 nós devemos fazer mais um Simpósio em Maringá durante o mês de julho e começo de agosto, devemos fazer um outro em Araraquara no Estado de São Paulo, procurando discutir um dos grandes temas do Brasil, que é o problema do transporte do bôia-fria que é levado de uma maneira altamente desumana para o seu trabalho braçal. E vamos fazer mais um Simpósio ainda em Campinas dentro da pro-

gramação que já estabelecemos. Eventualmente podem surgir ainda outros programas que nós possamos fazer. O Simpósio Nacional desse ano está previsto para o final de novembro, em São Paulo.

O SR. PRESIDENTE - (Algaci Túlio) Como é que a Volvo do Brasil vê a possível implantação da habilitação aos 16 anos?

O SR. JOSÉ PEDRO - Este foi um problema que nós tivemos oportunidade de discutir há algumas semanas atrás num pequeno plenário aqui na Assembleia Legislativa, nós nos sentimos honrados com o convite para vir aqui, debater, com os Senhores, este assunto. E na oportunidade nós trouxemos um trabalho sobre esse tema que é extremamente importante, mostrando como esta experiência é desenvolvida em outros países do mundo. E, naquela oportunidade, dissemos que a Volvo do Brasil não era a favor ou contra um jovem de 16 anos dirigir. Acho que não cabe a Volvo do Brasil dar esse tipo de opinião pública. O que a Volvo se propôs a fazer e foi isso que o programa trouxe como contribuição para a Assembleia Legislativa do Paraná, e depois, demos também ao DETRAN de São Paulo, num Simpósio que foi realizado na cidade de Santos, foi uma contribuição à experiência que é desenvolvida em outros países do mundo. E ali nós mostramos que existem diferentes alternativas nos mais variados países. Uma das experiências mais interessantes está sendo desenvolvida hoje, na França, chama-se Direção acompanhada - e que o jovem de 16 a 18 anos só pode dirigir se for acompanhado por um adulto e tenha carteira de habilitação há mais de três anos e que não esteja penalizado pelas leis do trânsito na França.

Mas há outras experiências muito interessantes, como em alguns estados americanos, nos Estados Unidos onde o jovem não pode dirigir entre sexta-feira às dezoito horas e segunda-feira pela manhã. Existem outras pesquisas que mostram que não se pode servir bebida alcoólica ao jovem de menos de dezoito anos durante um determinado período. Enfim, existe toda uma série de idéias, de sugestões, que fizemos questão de trazer ao nobre Deputado Algaci Túlio e que esperamos que possa servir para o desdobramento dos trabalhos que devem decidir sobre a concessão de carteiras de habilitação para os menores de dezoito anos.

O SR. PRESIDENTE - (Algaci Túlio) Companheiro José Pedro, companheiros da Volvo, a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná sente-se orgulhosa de ter tido a oportunidade de recebê-los aqui esta tarde, onde vieram nos trazer a preocupação

de uma grande empresa no sentido de minorar a violência do trânsito no Brasil.

Evidente que tudo o que foi aqui discutido e mostrado, os Srs. Parlamentares que permaneceram na sessão puderam sentir o quanto é importante o trabalho dos Parlamentares no sentido também de terem em suas plataformas políticas a preocupação com relação ao trânsito.

Agradecemos a presença e nos colocamos inteiramente à disposição.

O SR. JOSÉ PEDRO - Somos nós os agradecidos pela excelente oportunidade de vir a este plenário e poder trazer algumas idéias que possam contribuir para melhorar o trânsito no Estado do Paraná. Acreditamos que criando um modelo paranaense de segurança no trânsito, o Paraná estará dando um grande exemplo ao Brasil do que pode ser feito nesta área.

Queremos ficar inteiramente à disposição dos Senhores para o desdobramento destas ações, para novos estudos, se for o caso, dizendo que este é um problema que não é da Volvo, nem da Assembléia do Paraná, este é um problema do povo brasileiro que tem que buscar solução para esta si-

tuação. Muito obrigado a todos pela gentileza da atenção e contem com a nossa colaboração quando for necessário.

Muito obrigado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 15, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - dos Projeto de Lei nºs 45/89 e 81/89.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 323/84, 324/84, 326/84, 325/88, 48/89, 54/89, 85/89, 87/89

e dos Projetos de Resolução nºs 15/89, 16/89 e 17/89.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 117/85, 75/88, 162/88

e dos Projetos de Resolução nºs 18/89, 19/89 e 21/89.

Levanta-se a sessão.